



Portal QEdu: um estudo de caso

ANNA CRISTINA CARDOZO DA FONSECA

Resumo: O presente trabalho objetiva traçar o perfil de uma escola pública federal de Educação Básica da cidade do Rio de Janeiro (RJ), a partir dos dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) no Portal QEdu. Tal ferramenta integra o Banco de Propostas Inovadoras em Avaliação da Educação Básica do Inep e foi lançado em 2012, contendo informações e dados públicos sobre a qualidade do aprendizado nas escolas brasileiras. Para tanto, propomo-nos utilizar e promover o cruzamento de dados sobre aprendizado dos estudantes na escola, distribuição dos estudantes por nível de proficiência, contexto da educação na escola e distorção idade-série, além de informações sobre matrículas e infraestrutura física. Tal estudo deverá servir como *feedback* para o trabalho da própria escola, promovendo a difusão dos resultados e o desdobramento de boas práticas, bem como a identificação de problemas, com vistas ao encaminhamento de soluções adequadas.

Palavras-chave: Educação Básica. Avaliação. Indicadores.

Abstract: This paper aims to outline the profile of a federal public school in Basic Education of the city of Rio de Janeiro (RJ), from data provided by the National Institute for Educational Studies Anísio Teixeira (Inep) in QEdu Portal. This tool integrates the Repository of Innovative Proposals in Basic Education Evaluation Inep and was released in 2013, containing public information and data on the quality of learning in Brazilian schools.

To this end, we propose to use and promote the linking of data on student learning at school, distribution of students by proficiency level, the context of education in school and age-grade, plus information on enrollment and school's physical infrastructure.

This study should serve as feedback to the work of the school, promoting the dissemination of results and the deployment of best practices and identifying problems with a view to forwarding appropriate solutions.

Keywords: Basic Education. Evaluation. Indicators.

Nas três últimas décadas, vimos assistindo a um enorme esforço para ampliação da obrigatoriedade e universalização da Educação Básica no Brasil, com desdobramentos que se verificam na regulação e na avaliação da educação, no papel e responsabilização do Estado nesse contexto, no financiamento do ensino e na gestão educacional, considerando todas as esferas administrativas e as instituições.

Concorreu para essa universalização o estabelecimento de novo marco legal, com a promulgação da Constituição Federal (CF), em 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394, em 1996, do Plano Nacional de Educação (PNE), em 2001, e da Emenda Constitucional nº 59, em 2009, no qual a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino público viram-se estendidas para a faixa dos 4 aos 17 anos, passando a abranger,



assim, todas as etapas da Educação Básica, com uma “considerável ampliação na faixa de responsabilização do Estado brasileiro quanto à oferta de ensino obrigatório e gratuito” (WERLE, 2011: 772).

A universalização veio acompanhada da necessidade de verificação e avaliação da qualidade do ensino oferecido aos estudantes, igualmente prevista nos documentos legais supracitados, reafirmando o papel da avaliação externa e propondo uma “avaliação definida como prioridade associada ao desenvolvimento de sistemas de informação e de avaliação (...), de forma a aperfeiçoar os processos de coleta e difusão dos dados e de aprimoramento da gestão e melhoria do ensino” (WERLE, 2011: 778).

A questão da avaliação se coloca também a partir do prisma do financiamento da educação. Se, de um lado, há o interesse e a obrigação do Estado em realizar uma avaliação mais ampla do ensino público, de outro lado, a demanda de organismos internacionais de fomento e financiamento por estudos de análise de impacto de projetos em andamento também se apresentou relevante, mormente ao longo da década de 1990.

No âmbito da gestão educacional, impõe-se a questão do pacto federativo e o “regime de colaboração entre os entes federados, referenciados ao quadro regulatório nacional”, tendo a União “como a instância coordenadora da política educacional”, com a incumbência de “assegurar o processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino Fundamental, médio e Superior” (WERLE, 2011: 773-774).

De não menos importância, apresenta-se a gestão das próprias instituições de ensino, sempre considerando a qualidade do ensino oferecido, a administração dos recursos e as condições físicas das escolas, o que nos encaminha diretamente ao papel que é dado à sociedade civil no tocante ao acompanhamento do trabalho realizado pelo Estado e pelas instituições na oferta do ensino público.

Essa articulação da sociedade civil ao Estado, que já vinha ocorrendo desde a década de 1990, passou a constar de normativas legais como mecanismo de acompanhamento e avaliação do referido Plano. Assistiu-se, então, a um significativo incremento do número e da diversidade de organizações da sociedade civil envolvidas com a educação e à “ampliação do espaço da mídia como interlocutora e difusora da ação do Estado” (WERLE, 2011: 781).



Em 1990, teve início, então, um processo de implantação de avaliações em larga escala, denominado Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), integrado “por um conjunto de avaliações externas em larga escala”, com objetivo de

“(...) realizar um diagnóstico do sistema educacional brasileiro e de alguns fatores que possam interferir no desempenho do estudante, fornecendo um indicativo sobre a qualidade do ensino que é ofertado. As informações produzidas visam subsidiar a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas na área educacional nas esferas municipal, estadual e federal, contribuindo para a melhoria da qualidade, equidade e eficiência do ensino” (INEP, 2014).

Em 1992, os processos de avaliação externa em larga escala passaram a ser conduzidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que “convoca especialistas em gestão escolar, currículo e docência de Universidades para analisar o sistema de avaliação, buscando assim legitimidade acadêmica e reconhecimento social (BONAMINO *apud* WERLE, 2011: 775).

Aplicadas a um número significativo de estudantes dos sistemas de ensino, inicialmente essas avaliações tinham “o objetivo de informar o que populações e subpopulações de alunos em diferentes séries sabem e são capazes de fazer, em um determinado momento, e acompanhar sua evolução ao longo dos anos” (KLEIN, 1995: 30)¹.

As avaliações de larga escala são definidas, organizadas e conduzidas por equipes externas às escolas em contraposição aos procedimentos avaliativos específicos de cada instituição, aplicadas de forma padronizada para um grande número de pessoas, e têm como “características, (...), a definição de uma matriz (...), na qual são especificados os objetos de avaliação, e o emprego de provas padronizadas, como condição para que sejam possíveis, quando cabíveis, comparações baseadas em resultados mais objetivos” (ALAVARSE, 2013).

Os instrumentos utilizados em avaliações de larga escala são testes de proficiência, que permitem avaliar o desempenho escolar dos estudantes, e questionários, sobre fatores que possam estar associados a esse desempenho.

Ao longo dos anos e das diversas edições, o Saeb passou por diversos formatos no que tange aos conteúdos a serem avaliados, à metodologia e diversidade dos instrumentos utilizados e à amplitude dos objetivos a serem atingidos, com destaque para a caracterização da amostra a ser submetida à avaliação e para a metodologia de construção dos testes de

¹ Ainda que não façam parte de nosso olhar no presente trabalho, cumpre citar outros objetivos que, atualmente, são agregados às diversas avaliações promovidas pelo Estado, considerando os níveis de ensino, com destaque para a certificação de estudantes e o credenciamento de cursos e de instituições.



proficiência a serem aplicados, itens de significativo impacto na geração, administração e utilização de dados e informações.

As avaliações foram deixando de ser amostrais, “ressaltando sua visibilidade e, em decorrência, sua face de política pública em educação” (ALAVARSE, 2013) e permitindo a implementação de ações relacionadas à qualidade do ensino oferecido e à promoção da equidade de oportunidades educacionais.

Atualmente, o Saeb é composto por três processos de avaliação externa em larga escala, quais sejam a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), também denominada Prova Brasil, e a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), e são submetidos às avaliações do Saeb os estudantes das etapas finais dos ciclos de escolarização, quais sejam, do 5º e do 9º anos do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio, e, mais recentemente, do 3º ano do Ensino Fundamental, incluindo aí os testes de proficiência em Português e Matemática e os questionários.

Os questionários são aplicados aos estudantes, aos professores de Língua Portuguesa e de Matemática das escolas e aos diretores, e coletam informações sobre aspectos da vida escolar, do nível socioeconômico, capital social e cultural dos estudantes, bem como a formação profissional, as práticas pedagógicas, o nível socioeconômico e cultural dos docentes e os estilos de liderança e as formas de gestão dos diretores.

A partir de 1995, foi adotada a Teoria de Resposta ao Item (TRI) para a construção dos testes de proficiência, o que possibilitou a comparabilidade dos resultados das avaliações ao longo do tempo e permitiu que fosse estabelecido o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), uma das ações marcantes do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado em 2007 pelo governo federal, no qual foram “rearticuladas muitas ações de políticas de forma a atribuir um sentido mais operacional às avaliações (...)” (WERLE, 2011: 786).

O Ideb é um indicador que reúne os conceitos de fluxo e aprovação escolar, a partir de dados obtidos no Censo Escolar, e de médias de desempenho dos estudantes nas avaliações de larga escala a eles aplicadas. Segundo o Inep, esse índice agrega a possibilidade de resultados sintéticos ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala.

Os dados originados da aplicação das diversas edições do Saeb são disponibilizados no portal do Inep na *internet*, acompanhados do histórico da avaliação, dos resultados obtidos



pelas instituições, das escalas de avaliação e de outros documentos relevantes, e é desses dados que se serve o Portal QEdU.

Criado pela Meritt Informação Educacional², empresa sediada na cidade de Florianópolis (SC), em parceria com a Fundação Lemann, organização sem fins lucrativos fundada em 2002, o QEdU é um portal aberto e gratuito, sem fins lucrativos, no qual são disponibilizadas informações sobre o aprendizado em todas as escolas públicas brasileiras, “centralizando dados públicos organizados de forma intuitiva e confiável” (QEDU, 2014), com o objetivo de oportunizar à sociedade brasileira um melhor conhecimento sobre a educação no país.

O Portal QEdU é referenciado pela Meritt Informação Educacional como “a maior plataforma de informações sobre a Educação Básica no Brasil”, aperfeiçoado continuamente, agregando novas funcionalidades e fontes de dados atualizadas, e permitindo “que qualquer pessoa, especialista ou não, encontre dados sobre a qualidade da educação, de forma clara e interativa, possibilitando conhecer a fundo o desempenho estudantil e os fatores a ele associados” (MERITT, 2014).

Selecionado pelo Inep, o Portal QEdU integra hoje o Banco de Propostas Inovadoras³ desse instituto, podendo ser acessado pelo endereço <http://www.qedu.org.br/> ou pelo *site* do Inep.

Os idealizadores da ferramenta optaram pelo uso da *internet* para disponibilizar os dados e informações, com recursos inovadores, que pudessem dar conta do registro, do processamento e da atualização dos dados, de sua apresentação por meio de gráficos e diagramas e da recuperação das informações.

Na página inicial, há uma apresentação do que está disponível para exploração e investigação pelo usuário, acompanhada de explicações iniciais, e é possível acessar artigos e notícias sobre educação e avaliação. Estão disponíveis para consulta itens referentes ao

² A Meritt Informação Educacional foi criada em 2010, com uma proposta de novo olhar e atitude sobre os dados educacionais gerados a partir de diversos instrumentos aplicados nas escolas do país e utilizando tecnologias específicas para a difusão de informações.

³ O Banco de Propostas Inovadoras em Avaliação da Educação Básica foi criado pelo Inep “para facilitar o acesso de estudantes de escolas públicas” e da sociedade em geral “a informações sobre avaliações da educação básica” e “disseminar ferramentas, com base no uso de tecnologias da informação, que qualifiquem o acesso de estudantes de escolas públicas a processos inovadores que envolvam as aferições da educação básica do Inep” (INEP, 2014).



aprendizado dos estudantes, ao perfil de estudantes, de professores e de diretores, ao Censo Escolar, às taxas de rendimento e à distorção idade-série, com a proporção de estudantes com atraso escolar na educação básica, de 2006 a 2012.

Esses itens estão disponíveis para todo e qualquer usuário que acesse o Portal QEdu. É possível, também, cadastrar-se e, dessa forma, ter acesso a recursos exclusivos, tais como *download* de planilhas de dados, impressão de páginas, boletins com artigos e atualizações e ordenação e filtros de dados.

No presente trabalho, foram selecionados dados e informações sobre o *Campus Engenho Novo II* do Colégio Pedro II, escola federal de educação básica, localizada na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, que oferta as quatro séries dos anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio (regular e integrado à educação profissional), inclusive na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Dada a especificidade do portal e da instituição analisada e as limitações deste trabalho, foram analisados apenas dados relativos à Prova Brasil, que é aplicada aos estudantes de 9º ano do Ensino Fundamental, selecionando-se aqueles referentes ao aprendizado dos estudantes, ao perfil de estudantes, professores e diretores e à distorção idade-série.

Segundo o Portal QEdu, tomando como base os resultados da Prova Brasil 2011, a proporção de estudantes com aprendizado adequado⁴ à sua etapa escolar em Português, na competência de leitura e interpretação de textos, e em Matemática, na competência de resolução de problemas, até o 9º ano é de 80%.

Nessa mesma página, é apontado também um número considerado de referência para a leitura desse percentual, e que define a “proporção de estudantes que deve aprender o adequado até 2022, segundo o movimento Todos Pela Educação”⁵, como uma classificação não oficial (QEDU, 2014). Na aba seguinte, é possível comparar esses percentuais com

⁴ Por iniciativa de alguns pesquisadores, dentre os quais destaca-se o professor José Francisco Soares, os dados da Prova Brasil passaram a receber outro tratamento. É dele, por exemplo, o estabelecimento de níveis qualitativos de proficiência a partir da escala SAEB, utilizados no Portal QEdu..

⁵ “O Todos Pela Educação é um movimento financiado exclusivamente pela iniciativa privada, que congrega sociedade civil organizada, educadores e gestores públicos que têm como objetivo contribuir para que o Brasil garanta a todas as crianças e jovens o direito à Educação Básica de qualidade” (QEDU, 2014).



aqueles obtidos nessa mesma série em todo o município de localização da escola, em todo o estado e em todo o Brasil, sempre considerando o conceito de aprendizado adequado.

QUADRO 1⁶

	<i>Campus</i> Eng. Novo II	Município do Rio de Janeiro	Estado do Rio de Janeiro	Brasil
Português	80%	32%	25%	22%
Matemática	80%	19%	14%	12%

* Considerando o total da rede pública brasileira⁷.

É possível também verificar a evolução do aprendizado na escola e os resultados ao longo dos anos. Para cada competência e etapa escolar, são apresentados os percentuais de aprendizado relativos aos anos de 2007, 2009 e 2011, quando foram aplicados os testes de proficiência da Prova Brasil, acompanhados dos percentuais de diferença entre as edições dos exames.

Da mesma forma que na aba anterior, é possível comparar os resultados em relação às escolas do município de localização da escola em análise, às escolas do estado da federação e às escolas de todo o Brasil.

⁶ Todos os quadros inseridos ao longo do presente trabalho foram elaborados pela autora e tiveram por objetivo apresentar os dados retirados do portal de forma agregada em um único formato, já que estão disponibilizados separadamente na ferramenta em tela.

⁷ Outros quadros podem ser elaborados, considerando, separadamente, a rede municipal e a rede estadual de ensino.

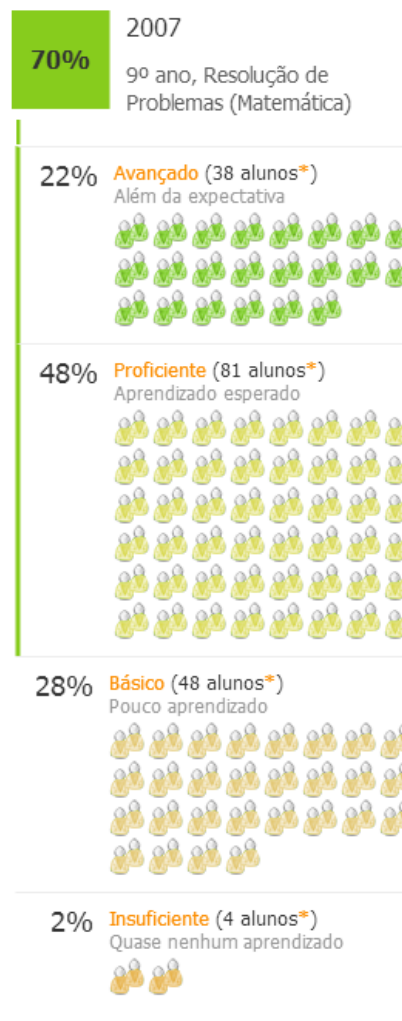


A aba que se segue diz respeito ao nível de proficiência dos estudantes em cada uma das disciplinas avaliadas. O conceito e os níveis de proficiência utilizados pelo portal são de autoria do professor e pesquisador José Francisco Soares⁸, atualmente Presidente do Inep.

Os referidos níveis de proficiência são: a) avançado: estudantes cujo aprendizado está além da expectativa e para os quais se recomendam atividades desafiadoras; b) proficiente: estudantes que se encontram preparados para continuar os estudos e aos quais se recomendam atividades de aprofundamento; c) básico: estudantes que precisam melhorar e para os quais se sugerem atividades de reforço; e d) insuficiente: estudantes que apresentaram pouquíssimo aprendizado, necessitando de recuperação de conteúdos.

A título de exemplo, foi inserido, ao lado, diagrama retirado do Portal QEdu, com os dados relativos ao ano de 2007 na competência de resolução de problemas (Matemática)⁹.

Aqui, o aprendizado dos estudantes é apresentado e posicionado nos 4 (quatro) níveis qualitativos de proficiência, tanto em números absolutos quanto em percentual em relação ao total de estudantes que prestaram o exame.



Presença na Prova Brasil
De 193 alunos, 171 realizaram a Prova Brasil.
89% de taxa de participação.

Fonte: Prova Brasil 2007, Inep. Organizado por Meritt. Classificação não oficial.

⁸ <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4787668Y7>

⁹ Os diagramas relativos aos anos de 2009 e 2011 e a Português não foram incluídos por limitação de espaço.



De acordo com o próprio conceito apresentado pelo portal, o aprendizado adequado engloba os níveis proficiente e avançado e considera estudantes que obtiveram desempenho igual ou superior a 275 pontos em Português e 300 pontos em Matemática.

É importante destacar que o Inep possui escalas de avaliação tanto para Português quanto para Matemática, disponibilizadas em seu *site* e também no Portal QEdU. Em Português, são 9 (nove) os níveis de desempenho, cada um com pontuação específica e com uma lista de habilidades a ele relativas. Em Matemática, são 12 (doze) os níveis de desempenho, apontadas também as respectivas habilidades.

Assim, relacionando-se a pontuação das escalas de avaliação do Inep e os níveis de proficiência utilizados pelo Portal QEdU, verifica-se que o aprendizado considerado adequado é aquele que se situa no nível 7, em Português, e no nível 8, em Matemática. Na escola analisada, 70% dos estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental que prestaram a Prova Brasil em 2007 encontrava-se no nível 8 em Matemática. Entretanto, 52 (cinquenta e dois) estudantes de um total de 171 (cento e setenta e um) ainda não haviam atingido o nível de aprendizagem considerado adequado.

Passemos, então, aos questionários¹⁰ aplicados a diretores, professores e estudantes participantes dos exames de proficiência, cujas respostas podem ser visualizadas separadamente por questão e por esfera administrativa, em diagramas.

Selecionamos uma pergunta de cada questionário aplicado aos grupos de entrevistados, com o respectivo percentual de resposta. Essas perguntas foram escolhidas a partir do impacto que os problemas nelas indagados possuem no âmbito da escola analisada e, principalmente, pelos percentuais alcançados em cada uma das respostas, possibilitando, assim, exemplificar possíveis desdobramentos institucionais acerca de encaminhamentos para a melhoria do ensino oferecido.

Apresentam-se, então, os seguintes quadros:

QUADRO 2

Pergunta dirigida aos diretores de escola, indagando se, na escola,

¹⁰ Os diretores de escola responderam a duzentas e doze perguntas, que tratavam sobre o seu perfil, as condições da escola e anormalidades que ocorreram. Os docentes responderam a cento e cinquenta e duas perguntas, que tratavam de seu perfil, das condições de trabalho, das práticas pedagógicas e da percepção sobre o aprendizado dos estudantes. Por sua vez, os estudantes participantes da prova Brasil responderam a cinquenta e oito perguntas, que tratavam do seu perfil, do cotidiano e de sua percepção sobre a escola.

ocorreu rotatividade do corpo docente

	Todas as escolas	Municipais	Estaduais	Federais
Não	66%	75%	52%	73%
Sim, mas não foi um problema grave	26%	20%	35%	22%
Sim, e foi um problema grave	8%	5%	13%	5%

QUADRO 3

Pergunta dirigida aos professores das escolas, indagando se os possíveis problemas de aprendizagem dos estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental ocorreram devido ao desinteresse e à falta de esforço do estudante

	Todas as escolas	Municipais	Estaduais	Federais
Concordo	94%	94%	95%	92%
Discordo	6%	6%	5%	8%

QUADRO 4

Pergunta dirigida aos estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental, indagando se já haviam sido reprovados

	Todas as escolas	Municipais	Estaduais	Federais
Não	66%	63%	68%	80%
Sim, uma vez	23%	26%	22%	15%
Sim, duas vezes ou mais	11%	11%	10%	5%

Dessa forma, no âmbito da gestão, optou-se por verificar uma séria questão administrativa – a rotatividade do corpo docente; no âmbito dos docentes, a questão selecionada é apenas uma dentre tantas no questionário que indaga desses profissionais a opinião deles acerca da origem e da motivação dos problemas de aprendizagem dos estudantes, e, no âmbito dos estudantes, escolhemos aquela que nos encaminha para outra importante e atual preocupação na educação: a distorção idade-série.

Esse tema está à frente da apresentação do Portal QEdu, acompanhado de artigos acadêmicos sobre o assunto e de dados do Censo Escolar 2013. Diferentemente do que se verificou nas abas anteriores, os dados relativos à distorção idade-série na escola em análise são apresentados em gráficos por série, que agregam os anos de 2007 a 2013, permitindo melhor visualização pelo usuário.



A exploração do Portal QEdU para fins de análise dos dados demonstrou ser de significativa sofisticação, em função principalmente da diversidade de dados, de campos e de abas ali disponibilizados, o que obrigatoriamente nos aponta para a necessidade de amplo cruzamento do que ali está disposto.

Apesar dos esforços para tornar os dados visíveis e compreensíveis por meio de uma ferramenta gerenciável pelos próprios usuários, é necessário relativo conhecimento acerca do tema, da operacionalização dos procedimentos e do contexto educacional brasileiro, o que dificulta seu entendimento por toda a sociedade. A disponibilização de textos explicativos, alguns mesmo acadêmicos, é adequada, embora não resolva todas as situações que se apresentam ao longo da exploração do portal.

Acrescente-se a isso a existência de padrões distintos de observação em relação ao conceito utilizado pelos responsáveis pela elaboração dos testes, caso específico dos níveis de proficiência.

Ressentimo-nos, ainda, da ausência de dados específicos das respostas das escolas aos questionários, ainda que justificada pela necessidade de preservação dos respondentes. É possível, entretanto, de posse do questionário, promover discussões acerca dos temas, de modo a conduzir o planejamento institucional.

Referências

ALAVARSE, Ocimar Munhoz. Avaliar as avaliações em larga escala: desafios políticos. *Revista Educação*. 12/12/2013. Edição 200. Disponível em: <<http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/0/avaliar-as-avaliacoes-em-larga-escala-desafios-politicos-302490-1.asp>>. Acesso em: 26 ago. 2014.

BECKER, Fernanda da Rosa. Avaliação educacional em larga escala: a experiência brasileira. *Revista Iberoamericana de Educacion*, Jun 2010, n. 53/1, p. 1-11. ISSN 1681-5653. Disponível em: <<http://www.rieoei.org/index.php>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO. Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora. Disponível em: <<http://www.portalaavaliacao.caedufjf.net/>>. Acesso em: 25 ago. 2014.

FUNDAÇÃO LEMANN. São Paulo. Disponível em: <<http://www.fundacaolemann.org.br/>>. Acesso em: 25 ago. 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Brasília. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/>>. Acesso em: 25 ago. 2014.



KLEIN, Ruben, FONTANIVE, Nilma Santos. Avaliação em larga escala: uma proposta inovadora. *Em Aberto*, Brasília, ano 14, n. 66, abr/jun, 1995. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/995/899>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

MERITT Informação Educacional. Florianópolis, 2010. Disponível em: <<http://meritt.com.br/>>. Acesso em: 25 ago. 2014.

PORTAL QEDU. Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/>>. Acesso em 29 ago. 2014.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Políticas de avaliação em larga escala na educação básica: do controle de resultados à intervenção nos processos de operacionalização do ensino. *Ensaio: aval.pol públ. Educ.*, Dez 2011, vol.19, n. 73, p.769-792. ISSN 0104-4036. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v19n73/03.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2014.

SOUSA, Sandra Zákia. Avaliações em larga escala e os desafios à qualidade educacional. *Roteiro*, [S.l.], v. 36, n. 2, p. 309-314, Dez. 2011. ISSN 2177-6059. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/roteiro/article/view/1184>>. Acesso em: 15 ago. 2014.